

EDUCAÇÃO PRISIONAL: O letramento como possibilidade de inclusão social do aluno apenado

Ângela Moraes Cordeiro Sena¹

RESUMO

Letramento é condição básica para o ser vivo se tornar humano e poder inserir-se numa realidade sócio-político-econômico-cultural no mundo em que vive. Através da leitura de mundo, o homem torna-se consciente do seu papel social, dos seus direitos e deveres. Neste presente artigo, refletir-se-á sobre a necessidade que o ser humano tem de se tornar letrado, principalmente quando esse sujeito se encontra privado de liberdade e precisa entender toda dinâmica e logística do processo no qual ele se encontra como encarcerado. Então serão apresentadas algumas reflexões sobre a prática em educação, e em particular, na escola que fica dentro do Complexo Penitenciário em Salvador - Bahia, e de como a educação pode fazer a diferença na vida de cada educando, já que para a maioria dos educadores uma coisa é certa: a falta de escolarização, que possibilita o letramento do indivíduo, é um dos motivos que influenciam a delinquência. Sendo assim, é de extrema importância enxergarmos a questão do letramento não apenas como um processo múltiplo e constante, mas como instrumento de ensino aprendizagem, que resulta apenas nas mudanças cognitivas que a escrita pode oferecer, mas também nas mudanças que o ser poderá apresentar e que irá oportunizar na sua ressocialização na sociedade e no mundo do trabalho. E isso é algo muito significativo e que exige uma responsabilidade social imensa dos educadores.

Palavras-chave: Letramento; Inclusão Social; Educação Prisional e Privados de Liberdade.

SUMMARY

Literacy is a basic condition for the living being to become human and to be able to enter into a socio-political-economic-cultural reality in the world in which it lives. Through reading the world, man becomes aware of his social role, his rights and duties. In this article, we will reflect on the human being's need to become literate, especially when this subject is deprived of freedom and must understand all the dynamics and logistics of the process in which he finds himself incarcerated. Then we will present some reflections about the practice in education, and in particular, in the school located inside the Penitentiary Complex in Salvador / Bahia, and how education can make a difference in the life of each student, since for most educators one thing is certain: the lack of schooling, which makes possible the literacy of the individual, is one of the reasons that influence delinquency. Therefore, it is extremely important to see the issue of literacy not only as a multiple and constant process, but as an instrument of teaching learning, which results only in the cognitive changes that writing can offer, but also in the changes that the self can present and which will provide opportunities in its re-socialization in society and the world of work. In addition, this is something very significant and requires an immense social responsibility of the educators.

Keywords: Literature; Social inclusion; Prison and Private Deprivation

¹ **Ângela Moraes Cordeiro Sena**, Doutoranda e Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Interamericana, Licenciada em Administração pela UNEB. Especialista em Psicanálise Clínica pela CEAPP, Especialista em Docência do Ensino Superior pela UNESI, Especialista em Pedagogia Organizacional e Recursos Humanos pelas FAMETINGG. Atualmente Educadora de Jovens e Adultos no Sistema Prisional de Salvador-Bahia, escritora e organizadora de livro pela Editora Kawo-Kabiesile. E-mail :angfamsena@gmail.com

Introdução

Este artigo representa algumas reflexões realizadas de alguns estudos e observações das práticas pedagógicas de professores que atuam dentro e também fora do sistema prisional, tendo como base o levantamento bibliográficos e discussões a respeito do que é ser uma pessoa alfabetizada e letrada, ou alfabetizada sem ser letrada ou ainda ser letrada sem ser alfabetizada, e qual a relação do letramento com a inclusão social do indivíduo. Fez parte desse estudo também, a própria prática como docente de Instituições Públicas e Privadas no estado da Bahia, e em particular a escola prisional, cujos educandos são de uma vasta diversidade social e cultural.

Saber ler e escrever tem se revelado condição insuficiente para responder adequadamente às demandas contemporâneas da sociedade. É preciso ir além da simples aquisição do código escrito e passar a fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano. Assim, as práticas sociais de leitura e de escrita emergem como questão determinante na inclusão social do sujeito.

A desigualdade gerada pelo sistema capitalista tem marcado a sociedade brasileira contemporânea. O processo de marginalização acomete um segmento da sociedade a que iremos nos referir neste trabalho: os marginalizados da cultura do seu povo e do seu tempo por não estarem incorporados à civilização letrada.

O trabalho reflete sobre o processo de leitura e de escrita, o seu ensino e a sua prática na vida social, bem como a inclusão precária de indivíduos que engrossam as filas dos chamados analfabetos funcionais. Os progressos dos programas educacionais atuais localizam-se na transição do analfabetismo absoluto ou da alfabetização rudimentar para um nível básico de habilidade de leitura e matemática.

Para uma escola poder funcionar dentro do Sistema Prisional, cujo objetivo primordial é oportunizar os reclusos na aquisição de conhecimentos que permitam assegurar uma reflexão interior para sustentar uma mudança de comportamento, de atitude e de pensamento, não é uma tarefa fácil. Requer determinação dos profissionais envolvidos, para que o alunos deixes de ser alienados e possam pensar e falar por ele mesmo, conforme coloca Gadotti, “A

escola que está perdendo a sua autonomia também está perdendo a sua capacidade de educar para a liberdade” (Gadotti, 1999, p. 9).

1.Práticas sociais de escrita e leitura de mundo

A inserção do indivíduo na cultura letrada favorece a vida em sociedade e a formação pessoal. Permite o desenvolvimento do senso crítico e o conhecimento do mundo. A leitura e escrita possibilitam a inserção na sociedade do conhecimento, da informação e na atuação do cidadão pertencente a uma realidade na qual pode ter voz e entendimento do que acontece ao seu redor. Quanto mais longe desse conhecimento e domínio da leitura, mais próximo da marginalização, dependência e manipulação se torna o cidadão.

Muitos educadores e alfabetizadores utilizam o termo letramento, em vez de alfabetização, isso porque letrar vai além de alfabetizar, ou seja, se trata da compreensão da leitura e escrita. As regras e metodologias utilizadas para se ensinar a uma criança, não podem e não devem ser as mesmas para se ensinar um adulto. Sabemos que a criança está alfabetizada ao saber ler e escrever e letrada ao compreender o que leu e escreveu. E esse princípio não pode ser diferente para o aluno apenado, apesar de que são muitos os internos que não tem o domínio da leitura, mas tem uma compreensão do que acontece no mundo, ainda que muitas vezes equivocadas, necessitando de uma intervenção do educador.

Como uma criança não teve ainda as vivências que um aluno adulto já passou. Por isso o professor, como já dito por Paulo Freire, deverá partir dos princípios de ação-reflexão-ação, ao desenvolver o seu trabalho com uma turma de jovens e adultos, que já trazem consigo uma história de vida carregada de descaso, abandono familiar, falta de respeito e de muita exclusão.

Para o professor que atua nas unidades prisionais, ele além de saber lidar com os alunos privados de liberdade, precisam também saber lidar com a já conhecida precariedade das instalações e do tratamento desumano. Os desafios educacionais do sistema penitenciário são enormes, do total de presos no Brasil (cerca de 350 mil), aproximadamente 10% possuem baixo

grau de alfabetismo. A maioria não possuem o domínio e uso da leitura e da escrita e dos conhecimentos matemáticos. Analisando de perto, vemos que algo em torno de 70% não concluíram o ensino fundamental.

É incrível o poder que a educação tem na transformação na vida de um ser humano e de toda uma sociedade. Um bom exemplo disso foi o caso, que até hoje é repercutido da garota paquistanesa de 16 anos, Malala Yousafzai, a ganhadora mais nova do prêmio Nobel da Paz, que esse ano de 2018 venho ao Brasil, e que recebeu um tiro na cabeça dentro do ônibus, por um membro do Talibã simplesmente porque queria estudar.

E ai vem a pergunta que não quer calar: Mas porque tanto temor por parte desse grupo Islâmico em relação a educação? Será que é o mesmo temor dos nossos governantes brasileiros que insistem na falta de uma política pública séria que invista na educação de qualidade para o povo? Que poder de fato existe na educação que cause tanto temor? Provavelmente a resposta para essas perguntas, sejam de fato, o medo do opressor em relação ao que o conhecimento poderá fazer na mente do oprimido. Como Martin Luther King já havia dito: “A liberdade jamais e dada pelo opressor, ela tem que ser conquistada pelo oprimido”.

Sabemos que o conhecimento é peça fundamental no processo de transformação e evolução do homem, sem ele não teríamos chegado até onde chegamos, provavelmente ainda estaríamos morando em cavernas e acreditando que os fenômenos da natureza é quem determinava as nossas vidas. Justamente por isso, que no decorrer da história, o homem percebeu que é bem mais fácil manipular um outro ser da sua mesma espécie, quando este não tem conhecimento em relação ao que tem.

É ai que a educação entra, representando uma arma perigosa para aqueles que estão e querem se perpetuar no poder, pois povo sabido sabe aproveitar melhor as oportunidades e são mais conscientes e exigentes em relação aos seus direitos e deveres. Por isso os políticos brasileiros descobriram há muito tempo que povo sem cultura é facilmente manipulável e, portanto, não têm interesse na solução dos problemas na educação.

Somos frutos de uma ideologia baseada na violência A violência sempre esteve presente no sistema penitenciário que até já nos acostumamos e tornou-se comum nos depararmos com notícias envolvendo violência e morte

dentro dos presídios, seja entre os próprios detentos ou dos agentes do Estado contra eles. A realidade carcerária do Brasil é uma mescla de condições cruéis, desumanas ou degradantes; tortura como método de interrogatório, punição, controle, humilhação e extorsão. Sem falar da superlotação de presos; controle dos presídios por facções criminosas e altos níveis de corrupção.

E a sociedade pouco se importa com o que acontece ou deixa de acontecer com os detentos, e por falta de conhecimento sobre o que leva a muitos escolherem o mundo do crime, prefere ignorar e esperar que o poder público resolva todas essas mazelas. E como se ainda não bastasse, clamam e apoiam a maioria penal e a aplicação de penas mais rígidas no país.

E se os presos fazem algum movimento para reivindicar qualquer tipo de melhoria, a sociedade acha um absurdo, simplesmente por acreditarem que os presos tem o que merecem, e que todos que se encontram encarcerados são bandidos. Justamente por não saberem diferenciar bandidos de criminosos, não conhecerem o que diz a Cartilha dos Direitos Humanos e não perceberem a diferença entre justiça e vingança, conforme coloca no seu livro, o escritor e ex-detento Ezeokeke:

As penas mais rígidas nesta sociedade capitalista-neoliberal só servirão para oprimir ainda mais os pobres já discriminados e marginalizados. Efetivamente não serão exequíveis em nossa sociedade, pois apenas serviriam para destruir as pessoas encarceradas, uma vez que não serão ressocializadas na prisão. As penas mais rígidas não são exigidas quando se trata das elites privilegiadas, a não ser para a população menos favorecida, em que perguntamos: Por quê? [...] a rigidez sustenta a delinquência (EZEKEKE, 2014, p. 30).

O comportamento da sociedade, nos leva a crê, que muitos desconhecem totalmente qual é o objetivo de privar um indivíduo da sua liberdade. Acreditam que o maltrato e descaso irá fazer com que o apenado mude de comportamento, esquecendo que violência só gera violência. Corroborando com essa questão, Silva coloca também uma realidade vivenciada há muitos anos atrás no Brasil, que permanece de forma inalterada até os dias de hoje, que são as realidades carcerárias, onde o sistema

penitenciário no Brasil passou e passa por várias dificuldades, dentre elas, problemas relacionados à saúde, a superlotação e a fugas.

A situação exige que se invista urgentemente em educação. Só que para a educação se fazer presente num espaço de repressão, vigilância e punição como a prisão, requer muito esforço, dedicação e perseverança dos educadores e dos educandos. A educação encontra fortes barreiras para ultrapassar os muros do cárcere. E só acontece porque ainda tem pessoas de coragem e que acreditam, mas se poder público continuar com tamanho descaso para com os que mais necessitam, continuaremos vendo o que foi dito há 50 anos, pelo antropólogo, escritor e político Darcy Ribeiro: “Se os governadores não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”.

2.0.Mazelas sociais e letramento

A falta de letramento foi e ainda é uma das grandes responsáveis pela falta e negação da identidade do povo brasileiro, principalmente a dos afrodescendentes. Diante disso, é importante perguntar até que ponto a educação ofertada para os nossos jovens brasileiros está fazendo diferença na vida deles. E melhor ainda, para que a sociedade atual entende que serve a educação. Ensinar para libertar, assim nos ensina Freire ao dizer que: “Nessas sociedades governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a educação como prática da liberdade postula, necessariamente, uma pedagogia do oprimido” (Freire,1970, p. 9).

A palavra letramento tem sua origem na tradução da palavra inglesa ‘literacy’, que significa a condição de ser letrado. Etimologicamente, a palavra vem do latim ‘litera’ (letra), com sufixo ‘cy’ (qualidade, condição, estado). Nesse sentido, podemos dizer que é condição que assume aquele que aprende a ler e escrever, envolvendo-se em práticas de leitura e de escrita.

Letramento no Brasil, ‘illetrisme’ na França, ‘literacia’ em Portugal, surge como uma questão fundamental, pois passa a se dar mais ênfase nas relações entre as práticas sociais de leitura e de escrita, do que apenas a aprendizagem do sistema de escrita. Assim letramento é: “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo

social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (Soares, 1998/2006, p.18). Desta forma a prática da leitura e da escrita possibilita ao indivíduo condições para a inserção em novas ações culturais, linguísticas, políticas e cognitivas. Daí ser realmente uma necessidade do ser humano.

A educação no sistema penitenciário brasileiro é iniciada a partir da década de 1950, já que até o princípio do Século XIX, a prisão era utilizada unicamente como um local de contenção de pessoas – uma detenção. Conforme Trindade, não havia proposta de requalificar os presos. Esta proposta veio a surgir somente quando se desenvolveu dentro das prisões os programas de tratamento. Antes disso, não havia qualquer forma de trabalho, ensino religioso ou laico, como até hoje, ainda não existe uma política nacional de educação específica para educação da EJA em prisões, como coloca Sauer:

Não existe no país uma experiência homogênea nacional de educação nas prisões, nem existe uma política nacional para implantação da lei de Execução Penal. Nas diversas regiões as experiências são diferenciadas, isoladas e não respondem a diretrizes político-pedagógicas nacionais para os apenados. Necessita-se da implantação de ações como uma política de estado. (SAUER, 2010, p. 313)

Sabemos que hoje em dia ser alfabetizado, ou seja, saber ler e escrever, tem se considerando uma condição insuficiente para responder adequadamente às demandas da sociedade. Pois saber ler e escrever de forma mecânica não garante uma interação plena com os diferentes tipos de textos que circulam no mundo afora, já que é necessário não apenas decodificar sons e letras como antigamente, mas entender os significados do uso da leitura e da escrita em diferentes contextos.

E foi justamente devido a essas novas exigências do mundo moderno, que surge o letramento, que vai além de saber ler e escrever. Temos, como realidade na nossa educação brasileira, muitos jovens que concluem o ensino médio, sabem ler e escrever, mas não tem a competência de interpretar o que

está sendo lido, o que alguns especialistas chamam de Analfabetos Funcionais. Situação muito comum nas salas de aula com alunos apenados. Ser letrado então, não significa ser apenas alfabetizado ou dominar a leitura e escrita e sim é aquele que, além de dominar a leitura e escrita, faz uso competente e frequente de ambas.

É importante destacar que, quando falamos em leitura, não estamos nos restringindo ao código escrito, mas a toda espécie de linguagem mediadora do processo de interação entre leitor e a realidade social que o circunda, que lhe permite conviver socialmente. Os analfabetos e mesmo alunos que frequentam ou frequentaram bancos escolares estão impossibilitados de participar ativamente das decisões sociais por não possuírem uma visão crítica da realidade social.

Para os educandos privados de liberdade, que já são colocados à margem da sociedade, o analfabetismo causa mais estrago ainda, já que são muitos que não conseguem entender o tempo estipulado para cumprimento da sentença lhe dada pelo juiz e como se processa ou calcula o tempo para remição de sua pena. O que gera revolta por parte do preso, quando percebe ou escuta da família ou de colegas, que seu tempo de permanência da prisão já venceu, mas foi esquecido lá dentro pela justiça.

Ofertar um ensino público de qualidade para todos, que respeite a diversidade e a necessidade dos educando é uma forma de inclusão social. Mas, na prática, não é isto que vem-se observando. Como dito anteriormente, fica claro que no Brasil a pobreza aliada à falta de escolarização adequada é um fator excludente socialmente falando.

Infelizmente, esse sistema de exclusão veio durante anos seguindo uma mesma conduta, onde só determinada classe é a que tem mais oportunidade, sendo sempre privilegiada com educação de qualidade e conseqüentemente com mais acesso às informações. E o conhecimento adquirido pelas informações obtidas, às vezes, torna-se um grande aliado da prepotência; o que nos mostra que a falta de uma educação inclusiva, reflexiva e questionadora não é por acaso ou acidental, e sim proposital.

Se para os cidadãos de bem e ditos como politicamente corretos, a educação pública brasileira está deixando muito a desejar, o que dizer então dos privados de liberdade, dos marginalizados e precariamente incluídos nesse

sistema capitalista? Até que ponto a educação escolar pode contribuir para tornar um indivíduo crítico, com conhecimento e poder de fazer escolhas? Percebemos que aqui no Brasil o acesso das camadas populares à escola não se deu de forma apropriada, não houve inclusão dessas classes por parte da escola, já que a diferença cultural passou a ser lida como deficiência, legitimando-se a desigualdade social.

Parece até ironia, mas as causas do fracasso das camadas populares na escola se acentuaram justamente quando da consolidação da universalização ao seu acesso, já que a mesma não se encontrava preparada para atender as diferenças no mesmo espaço escolar. Não queremos dizer que para educar os estudantes oriundos das classes populares, seja necessário uma educação ESPECIAL e sim uma educação INCLUSIVA, ou seja, uma educação voltada de TODOS PARA TODOS, onde haja realmente o respeito às diferenças e um olhar que atenta a diversidade inerente à espécie humana.

3. A ressocialização através da educação e a inclusão social do apenado

Estar atuando para poder melhorar a escolarização que irá oportunizar a ressocialização de indivíduos na sociedade e no mundo do trabalho é algo muito gratificante para qualquer educador, pois percebem o tamanho da responsabilidade social e as responsabilidades exigidas para uma tarefa tão digna e árdua.

Sabemos que, se para os cidadãos de bem e ditos como politicamente correto a educação pública brasileira está deixando muito a desejar, o que dizer então dos privados de liberdade que vivem numa realidade triste e cruel numa cela entupida de corpos humanos, num calor infernal devido as altas temperaturas da cidade. Sem falar das características do espaço físico que é muito sujo e fedorento.

Mesmo diante de todas essas mazelas, a sociedade hipócrita, na qual vivemos, os enxergam como lixo e a educação mesmo que ainda precária, ainda é vista como artigo de luxo e não como um direito estabelecido e por lei. Por isso questionam se realmente vale a pena educar criminosos e até que ponto a educação escolar poderá contribuir para reabilitação deles, já que muitos retomam para prisão quando estão em liberdade. Mas, a reflexão

fundamental para essas questões, a sociedade não faz. Que seria se perguntar, quantos dariam oportunidade de trabalho para um ex-presidiário.

Para a paquistanesa Malala, a resistência do Talibã é porque eles sabem que se as mulheres tiverem acesso à educação, serão capazes de exercer um papel ainda maior do que o que elas já têm na sociedade. E o Talibã criou um sistema próprio de leis, que não tem nada a ver com o Islã, muito pelo contrário, o Islã diz que a educação e o conhecimento são direitos de todas as pessoas. O que mostra, segundo ela, que o Talibã não leu o Corão da forma apropriada.

Como a interpretação depende muito do ponto de vista e dos interesses de quem manda, percebemos que aqui no Brasil também o acesso das camadas populares a escola não se deu de forma apropriada, não houve inclusão dessas classes por parte da escola, já que a diferença cultural passou a ser lida como deficiência, legitimando-se a desigualdade social.

Para Villard (1999), mais importante do que atender a formação acadêmica do aluno, a leitura é fundamental para a formação do cidadão. Não adianta o professor só trabalhar a leitura, sem a interpretação. Pois aí, não dará condições, para que seus alunos avancem e consigam fazer uma leitura de mundo corretamente. A leitura só terá real sentido quando o indivíduo for capaz de atribuir sentido ao que lê. Sendo assim, “ler é construir uma concepção de mundo, é ser capaz de compreender o que nos chega por meio da leitura, analisando e posicionando-se criticamente frente às informações colhidas para exercer a cidadania”. (VILLARD, 1999. p. 4).

A leitura está diretamente relacionada à capacidade de interpretar, dar sentido ao que está escrito e assim exercer a própria cidadania. Desse modo, a leitura não pode apenas se resumir a uma decifração mecânica. Através da aprendizagem da leitura, são desenvolvidas atividades de reflexão, expandindo seus conhecimentos e seu papel reflexivo e crítico na sociedade. Isso seria mais que somente decodificar o que está escrito. O que para isso Jolibert coloca:

Ler é atribuir diretamente um sentido a algo (...). Ler é questionar algo escrito como tal a partir de uma expectativa real (necessidade, prazer) numa verdadeira solução de vida (...). Ler é ler escritos reais que vão desde um nome de rua

numa placa até um livro, passando por um cartaz, uma embalagem, um jornal, um folheto, etc. No momento em que se precisa realmente deles numa determinada situação de vida, “para valer” como dizem as crianças. É lendo de verdade, desde o início que alguém se torna leitor e não aprendendo primeiro a ler”. (JOLIBERT, 1994, p.15).

Assim o ato de ler se estabelece além da simples conversão de grafemas em fonemas. O significado que está atribuído ao contexto desta leitura é que vai torná-la significativa e revelar a sua prática dentro de um contexto sócio-cultural significativo para o indivíduo e para o meio social. O ensino da leitura deve ser feito pelo contato com os mais diversos tipos de textos sociais, mesmo ensinando a alunos no cárcere.

O saber decodificado não garante o desenvolvimento da capacidade de saber ler, de ver além dos olhos, de ler as entrelinhas. A leitura não é restrita ao aprendizado das correspondências letra-som. Mais do que decodificar códigos, a leitura vem carregada de significados do contexto em que estamos inseridos. Para ter significado, a leitura não pode ser apenas uma descrição mecânica daquilo que se lê, não pode apenas se restringir a um processo de decodificação de converter letras em sons, e a compreensão da leitura somente como uma consequência natural desta ação, o que segundo Freire é:

Uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo... Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1981/1987, p.11)

Uma compreensão de memorização sobre a leitura é equivocada e vem produzindo indivíduos que não capazes de decodificar os textos que leem, mas com enormes dificuldades em compreender o que estão lendo, pois não são capazes de dar significado àquilo que leem. O letramento surge como uma necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais complexas e avançadas, que vão além das práticas de ler e escrever,

resultantes da aprendizagem do sistema de escrita. O termo letramento surgiu porque “apareceu um fato novo para o qual precisávamos de um nome, um fenômeno que não existia antes, ou, se existia, não nos dávamos conta dele e, como não dávamos conta dele, não tínhamos um nome para ele” (SOARES, 1998/2006, p.34).

Em países mais desenvolvidos social e economicamente, os problemas em relação às práticas sociais de leitura e de escrita também se tornam relevantes ao se constatar que embora alfabetizada, a população não domina habilidades de leitura e escrita para uma participação efetiva nas práticas sociais e profissionais.

É evidente então a necessidade não apenas de decodificar sons e letras, mas de entender os significados e usos das palavras em diferentes contextos. Disso depende o sucesso do próprio indivíduo numa sociedade grafocêntrica, em que a prática da leitura e escrita são imprescindíveis para inclusão social. Tanto assim que mesmo diante de uma oportunidade de emprego, o indivíduo não consegue sair da condição de desempregado, devido à falta desse requisito mínimo, seja ele, ex-presidiário ou não.

Muito além de alfabetização, o letramento possibilita ao sujeito a flexibilidade linguística necessária ao desempenho adequado que lhe será exigido em sociedade. Somente o letrado é capaz de analisar diferentes textos, compará-los, pesquisar os porquês das diferenças, compreender regras sobre o uso da língua e saber aplicá-las no contexto devido.

Enfim, o conhecimento e a informação são os meios para se conquistar oportunidades de trabalho e renda, através da qualificação do indivíduo. E as consequências positivas são nos diversos âmbitos: socioculturais, cognitivos e linguísticos. O resultado, basicamente, será um indivíduo socialmente inserido na cultura grafocêntrica, capaz de desenvolver um pensamento cognitivo mais elaborado e com um amplo vocabulário na linguagem oral. Assim como também mais preparado para aproveitar as oportunidades profissionais.

À escola, cabe o papel de despertar o interesse dos educandos pela leitura e pela escrita. Só assim poderemos ter indivíduos aptos a ler criticamente a realidade, com maiores perspectivas de crescimento, na busca por uma melhor qualidade de vida, em uma sociedade cada vez mais consciente e justa. Onde a ressocialização estará de fato acontecendo através

da educação, o que conseqüentemente irá ajudá-lo na sua inserção na sociedade.

A escola precisa envolver o aluno para que realmente haja um processo real de ensino-aprendizagem. Quando um professor apenas diz, o aluno esquece; quando ele ensina o aluno lembra e quando professor e aluno estão envolvidos na aprendizagem (percebendo sua funcionalidade), o aprendiz realmente aprende.

O letramento é fruto de uma escolarização significativa. Para isso, docentes e discentes precisam estar motivados e trabalhando em torno de um mesmo objetivo: O SUCESSO ESCOLAR. Assim, ter-se-á uma educação libertadora que torna o ser humano consciente do seu papel social.

Freire dizia, que existe uma grande distinção entre a adaptação ao mundo e a inserção no mundo. Já que, enquanto na adaptação há uma adequação e ajuste do corpo às condições sociais ou históricas, na inserção o que há, é a tomada da decisão no sentido de intervenção do mundo.

Para que isso aconteça, é necessário o conhecer, o saber, para tomada de decisões mais sabias, que favoreça ao indivíduo, dar saltos significativos, rumo a um futuro melhor, e ao que de fato o sistema penitenciário se propõe, que é a inclusão, através da ressocialização dos privados de liberdade, à sociedade. O conhecimento sempre será necessário, principalmente para sobreviver ao confinamento do cárcere, e poder sair com a saúde física e mental em condições aceitáveis para ressocialização na sociedade.

Conclusão

Numa sociedade letrada, o indivíduo ou grupo social alienado dessa ferramenta que é a escrita, nas suas diferentes manifestações e reflexos, sofrerá prejuízos por não poder gozar de seus plenos direitos como cidadão, uma vez que os documentos oficiais como a constituição, os contratos de trabalho, os alvarás de condenação ou soltura, os expedientes de cartório, para citar alguns, todos são escritos em linguagem culta.

Dessa forma, uma sociedade dividida em categorias diferenciadas de indivíduos letrados e não-letrados não oportuniza igualmente a todos o desenvolvimento de consciências críticas, transformadoras, criadoras e

democráticas. Tendo oportunidades desiguais, determinados grupos sociais não usufruem de forma ideal da real função da escola e da educação. A educação assume a função de equalizar as oportunidades, onde o Estado deveria garantir que a educação não fosse monopolizada por determinados grupos.

Para combater a marginalidade, a educação deve formar indivíduos eficientes, capazes de contribuir para o aumento da produtividade social. A marginalidade, isto é, a ineficiência e improdutividade representam uma ameaça à estabilidade do sistema ao gerar indivíduos inseridos em situações de risco social. Nessa visão, numa cultura para o letramento, o saber deveria estar vinculado às necessidades do mundo do trabalho, considerando-o imprescindível para a sobrevivência e a oportunidade de ascensão econômica e social.

Mas, devemos pensar, de que forma a sociedade atual entende para que serve a educação. Para o escritor Rubem Alves, a função da escola não é ensinar as coisas, porque as coisas já estão aí. E sim é ensinar a arte do pensar, é quando o professor falar sobre determinado assunto, ter a capacidade de criar no indivíduo a curiosidade.

Concluindo, devemos refletir sobre a noção de letramento, enquanto um ato que revela a aquisição do ato de ler, escrever e interpretar os diferentes códigos e situações existentes vinculados às questões sociais, pois assim, a educação estará de fato contribuindo para o processo de empoderamento, autonomia e ressocialização dos que se encontram a margem da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar**. 13ª edição. 9 Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Cortez Editora. Autores Associados. 1989.

BERTO, Jane Cristina Beltramini. **O PROFESSOR E A FORMAÇÃO DE LEITORES CRÍTICOS: DIAGNÓSTICO DE UMA ESCOLA DE ASSENTAMENTO**. Artigo disponível em < http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais15/Sem13/janeberto.htm > Acesso em 15/10/2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

EZEOKEKE, Cornélius Okwudili. **Penas mais Rígidas**. Justiça ou Vingança? 4ª Edição. Editora: Premius. Fortaleza, 2013

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. (20ª Editora, p. 96) São Paulo: Autores associados Cortez. 1987. (Original publicado em 1981).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Edição 10ª. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 30ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a educação**. Rio de Janeiro-RJ. Editora Paz e Terra, 1981. Coleção Educação e Comunicação; v.7.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 5ª edição. São Paulo-SP. Cortez, 1999. Coleção Questões da nossa época.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo-SP. Editora Ática S.A., 1993

GADOTTI, Moacir. **Uma só escola para todos**. Caminhos da autonomia escolar. Editora Vozes. Petrópolis –RJ. 1990

GHIRRALDELLI, Paulo Jr – **Filosofia da Educação**. Editora DP&A. 2006.

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. Editora afiliada ABDR. 2012.

JOLIBERT, J. **Formando crianças leitoras**. (B.C. Magne: Trad., Vol.1, p.219). Porto Alegre: Artes Médicas. 1994.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **A escola da prisão como espaço de dupla inclusão**: no contexto e para além das grades. Polyphonia, São Paulo, 2011. Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba, v. 1, n.1, p.25-36, 2013.36.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

SANTOS, Alexsandra Machado da Silva dos. **Reflexões sobre o Letramento e Inclusão Social**. Anais do SILEL. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em < http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_898.pdf > Acesso em 16/10/2017.

SILVA, Roberto da. Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: o diálogo possível. **Revista Sociologia Jurídica**. N. 03 –Jul.-Dez. 2006. Disponível em: <<http://www.sociologiajuridica.net.br/número-3>> Acesso em jul. 2014

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. (2 nd ed., 11^o reimpressão, p. 128). Belo Horizonte: Autêntica. 2006. (Original publicado em 1998).

TRINDADE, Cláudia Moraes. **Ser preso na Bahia no século XIX**. Tese de Doutorado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, UFBA. 2012. Disponível em < https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2012._trindade_claudia_moraes._ser_preso_na_bahia_no_seculo_xix.pdf>. Acesso em março 2107.

VILLARDI, R. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya. 1999.